



Número: **0801835-67.2019.8.15.0151**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **1ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Desa. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti Maranhão**

Última distribuição : **01/06/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Processo referência: **0801835-67.2019.8.15.0151**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|------------------------|
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (APELANTE) | | SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO) | |
| E. Y. D. L. S. (APELADO) | | HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 17564 134 | 31/08/2022 11:27 | Embargos de Declaração | Embargos de Declaração |



AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR RELATOR DO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA.

PROCESSO Nº 0801835-67.2019.8.15.0151

EMANUEL YARLEI DE LACERDA SOARES, neste ato representado pelo seu genitor **MANOEL JUSCICLEIDE SOARES RIBEIRO**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado devidamente constituído, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, nos termos do art.1.022 do Código de Processo Civil, no **prazo legal**, apresentar

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

COM EFEITOS INFRINGENTES E PARA EFEITOS DE PREQUESTIONAMENTO

de sorte a **aclarar** e **esclarecer** o **v. acórdão (ID. 17422524)**, com fundamento no **artigo 1.022 c/c art. 1.025, ambos do Código de Processo Civil**, pelas razões de fato e direito a seguir aduzidos:

1. DA SÍNTESE PROCESSUAL.

Trata-se de **Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT** movida pelo **Embargante** em face da **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT**, objetivando o **pagamento da indenização**.

A ação foi **julgada procedente (ID.16235992)**, sob fundamento de “(...)Desta maneira, como o(a) promovente sofreu debilidade permanente, parcial incompleta na face e crânio, no percentual de 50%, o percentual determinado na referida tabela de 50%

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





do valor máximo para o DPVAT, ou seja, R\$ 13.500,00, corresponde a 6.750,00(...) Assim, perfaz a parte autora, a título de indenização o importe de R\$ 6.750,00. Todavia, a parte promovente, como afirmado na inicial, já recebeu indenização na via administrativa no valor de R\$ 1.350,00, objetivando neste autos, tão somente, o recebimento do valor complementar.(...) **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO** do autor para **CONDENAR** a demandada ao pagamento da indenização no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), a esse numerário incidam juros moratórios a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária desde a ocorrência do sinistro2.”

O Embargante interpôs **Recurso de Apelação** (ID.16235994) requerendo a **reforma da r. sentença**, por entender que **houve equívoco no enquadramento da lesão**, a qual foi **enquadrada APENAS** no **segmento “FACE”**, quando deveria ter sido nos **segmentos** “lesões **CRÂNIO-FACIAL** e também **LESÕES NEUROLÓGICAS** - **Traumatismo Crânio-Encefálico**, ambas de **REPERCUSSÃO MÉDIA (50%)**”, o que importa em **VALOR INDENIZATÓRIO DIVERSO**, mas, contudo, foi **improvida**, in verbis:

“(...)De acordo com o anexo constante da Lei nº 6.194/74, lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, implica no pagamento de indenização no valor correspondente a 100% de R\$ 13.500,00, sendo assim, como a perda funcional do autor foi na ordem 50%, o valor da indenização deve corresponder a 50% de R\$ 13.500,00, ou seja, R\$ 6.750,00

Desse modo, o promovente sofreu debilidade permanente, parcial incompleta na **face e crânio**, no percentual de 50%, sendo o percentual determinado na referida tabela de 50% do valor máximo para o DPVAT, ou seja, R\$ 13.500,00, corresponde a 6.750,00.

Assim, o valor foi arbitrado de forma proporcional ao grau da lesão sofrida, de modo que os cálculos determinados pelo MM. Juiz a quo não merecem reforma. (...) **destaquei”**

Contudo, *data máxima vênia*, o Embargante pretende ver aclarado e esclarecido os pontos a seguir aduzidos no v. acórdão embargado, bem como o faz para efeitos de **prequestionamento** para possibilitar a interposição dos **recursos excepcionais**.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





2. DAS RAZÕES DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

2.1. Da Ofensa ao inciso II, do §1º, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.

Como reconhecido pelo v. acórdão recorrido, lesão sofrida pelo Embargante se deu no segmento orgânica e corporal: **LESÕES CRÂNIO-FACIAL** e também **LESÕES NEUROLÓGICAS - Traumatismo Crânio-Encefálico**, in verbis

*“(...) o promovente sofreu debilidade permanente, parcial incompleta na **face e crânio**” (...).*

O art. 3º da Lei nº 6.194/74, dispõe que:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

...

§ 1º **No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente** e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais."

Portanto, reconhecida a lesão permanente, parcial e incompleta, está deverá ser enquadrada de acordo com os segmentos orgânicos e corporais estabelecidos na Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, para se apurar o valor indenizatório devido.

No caso, embora o acórdão tenha reconhecido a ocorrência de DUAS LESÕES: "(...) o promovente sofreu debilidade permanente, parcial incompleta na face e crânio". (...)", só ocorreu o enquadramento de UMA LESÃO, quando deveria ter enquadrado as DUAS LESÕES, quais sejam: estrutura CRÂNIO-FACIAL e também LESÕES NEUROLÓGICAS - Traumatismo Crânio-Encefálico, para daí se apurado o valor da indenização devida.

Nesse sentido, quanto ao segmento orgânico ou corporal referente à lesão de CRÂNIO-FACIAL e lesões NEUROLÓGICAS - Traumatismo Crânio-Encefálico, previsto na Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, temos:

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





ANEXO
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

| Danos Corporais Totais | Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico | Percentual da Perda | |
|---|--|---------------------|--|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica | 100 | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | | | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | | | |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-pelvianos cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | | | |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais) | | | |
| Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | 70 | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | 50 | | |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | | | |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | 25 | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | 10 | | |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais) | | | |
| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | | | |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | 50 | | |
| | | | |

Desta forma, o **v. acórdão embargado** deve ser **aclarado** e **esclarecido** quanto a **NÃO APLICAÇÃO** do **disposto no inciso II, do §1º, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74**, que **determina o enquadramento da perda anatômica ou funcional diretamente no segmento orgânico ou corporal previstos na tabela anexa**, já que mesmo **reconhecendo** que a **parte** sofreu **DUAS LESÕES** só procedeu o **enquadramento de UMA DELAS**, caracterizando, assim, a **violação do mencionado dispositivo infraconstitucional**.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





3. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS.

Diante do exposto, fácil depreender entendimento de que este recurso, verdadeiramente, busca aperfeiçoar a prestação jurisdicional com o aclaramento dos pontos indicados e prequestionar tema revelado, com fundamento no art. 1.022 e seguintes do CPC, **REQUER** a Vossa Excelência:

3.1. Seja recebido e processado os presente **Embargos de Declaração** com **efeitos infringentes** e para fins de **prequestionamento**;

3.2. Seja dado **PROVIMENTO** aos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, reconhecendo-se o **EFEITO INFRINGENTE** do recurso, para **reformular o v. acórdão** ora guerreado, dando **PROVIMENTO** ao **RECURSO DE APELAÇÃO**;

3.3. Subsidiariamente, que seja esclarecido o erro material, contradições e omissões apontadas no r. acórdão por força dos efeitos ordinários dos embargos em tela.

3.4. Pugna pela **manifestação expressa** do **dispositivo infraconstitucional** supracitado, enfrentando as prescrições contidas no **inciso II, do §1º, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74**, quanto a **negativa de vigência** manifestadas no **v. acórdão**, com a devida fundamentação.

3.5. Nos termos do art. 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil, a intimação do embargado, na pessoa do seu advogado, para responder no prazo legal de 5 (cinco) dias tendo em vista que o eventual acolhimento implicará na alteração do dispositivo;

3.6. A **interrupção do prazo** para interposição de eventuais recursos nos termos do **art. 1.026, do CPC**.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





**Nestes termos,
Pede e espera PROVIMENTO.**

João Pessoa (PB), 30 de agosto de 2022.

(Assinado Eletronicamente)
HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO
OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com



Assinado eletronicamente por: HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO - 31/08/2022 11:27:34
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22083111273454300000017517229>
Número do documento: 22083111273454300000017517229

Num. 17564134 - Pág. 7